OEA/Ser.W

CIDI/INF. 542/23

 30 março 2023

 Original: inglês

**RELATÓRIO PARA A**

**QUARTA REUNIÃO INTERAMERICANA DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**“AÇÃO CLIMÁTICA: CONSTRUINDO UMA AGENDA REGIONAL PARA GARANTIR NOSSO FUTURO”**

SUMÁRIO

Página

[ANTECEDENTES 1](#_Toc131518803)

[Análise da Situação: Estado da Mudança Climática nas Américas 2](#_Toc131518804)

[Economia da Mudança Climática 4](#_Toc131518805)

[LACUNAS, NECESSIDADES E OPORTUNIDADES DE AÇÃO CLIMÁTICA 6](#_Toc131518806)

[Mitigação 7](#_Toc131518807)

[Energia 8](#_Toc131518808)

[Sequestro de Carbono 10](#_Toc131518809)

[Soluções baseadas na natureza 11](#_Toc131518810)

[Adaptação 11](#_Toc131518811)

[Água 12](#_Toc131518812)

[Desastres Naturais 13](#_Toc131518813)

[Oportunidades estratégicas para a Ação Climática 13](#_Toc131518814)

[ESTRATÉGIA 1 – Adaptação à Mudança Climática: Ações para uma Região Mais Resiliente e Inclusiva 14](#_Toc131518815)

[ESTRATÉGIA 2 – Mitigação da Mudança Climática: Ações para Reduzir e Sequestrar Emissões de Gases de Efeito Estufa 15](#_Toc131518816)

[ESTRATÉGIA 3 – Financiamento Climático: Ações para Atender às Necessidades de Financiamento 16](#_Toc131518817)

[ESTRATÉGIA 4 – Cooperação Regional e Integração para Enfrentar a Crise Climática e Garantir o Desenvolvimento Sustentável no Longo Prazo 17](#_Toc131518818)

[MANDATOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA OEA 18](#_Toc131518819)

[QUARTA REUNIÃO INTERAMERICANA DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 19](#_Toc131518820)

**RELATÓRIO PARA A**

**QUARTA REUNIÃO INTERAMERICANA DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**“AÇÃO CLIMÁTICA: CONSTRUINDO UMA AGENDA REGIONAL PARA GARANTIR NOSSO FUTURO”**

# ANTECEDENTES

 Os Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável irão se reunir em Nassau, Bahamas, em outubro de 2023 para abordar o tema da “Ação Climática” com o objetivo de definir políticas, atividades, projetos e outros resultados orientados para soluções que colocam as Américas no caminho para melhor abordar as causas e resiliência aos impactos da mudança climática. Na preparação para esse evento ministerial, este documento resume os principais temas, desafios, lacunas, oportunidades e outros assuntos cruciais enfrentados pelos países das Américas nos esforços para mitigar as causas da mudança climática e adaptar-se aos seus impactos.

 No dia 25 de setembro de 2015, as Nações Unidas aprovaram a Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030,[[1]](#footnote-1)/ estabelecendo de forma eficaz 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas. Esses objetivos e metas procuram estimular a ação em áreas de importância crítica para a humanidade e o planeta, com foco no crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e no trabalho decente para todos, padrões de consumo e produção sustentável e uso de todos os recursos naturais, democracia, boa governança e o estado de direito como ingredientes essenciais para o desenvolvimento sustentável e a aplicação de tecnologias que sejam sensíveis com relação ao clima, respeitem a biodiversidade e sejam resilientes.

 Tendo em mente esses objetivos, na Nona Cúpula das Américas realizada em Los Angeles no dia 9 de junho de 2022, os Chefes de Estado e Governo das Américas concordaram em buscar o “Nosso Futuro Verde Sustentável.”[[2]](#footnote-2)/ Esse compromisso baseia-se na Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra da Conferência da ONU sobre Mudança Climática realizada no Reino Unido em 2021 (COP26) e é um apelo enfático para reduzir as emissões de gases do efeito estufa, aproveitar o papel dos oceanos e outros corpos de água para mitigação e adaptação à mudança climática, acelerar a adaptação à mudança climática, fortalecer a cooperação regional para ajudar os governos a formar resiliência e promover a produção e o consumo responsável e sustentável.[[3]](#footnote-3)/ Do mesmo modo, os Chefes de Estado e Governo das Américas reunidos em Los Angeles também se comprometeram em “Acelerar a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável”[[4]](#footnote-4)/ como ação mais eficaz para manter o aumento da temperatura média mundial em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

 Em conformidade com esse enfoque, em 20 de novembro de 2022, na Vigésima Sétima Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 27), as partes reconheceram “a necessidade urgente e imediata de recursos financeiros novos, adicionais, predizíeis e adequados para ajudar os países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança climática na resposta a ‘perdas e danos’ econômicos e não econômicos associados aos efeitos adversos da mudança climática, inclusive eventos climáticos extremos e eventos de início lento, especialmente no contexto da ação contínua e *ex post* (inclusive reabilitação, recuperação e reconstrução).”[[5]](#footnote-5)/ As partes decidiram “estabelecer novos acordos de financiamento para ajudar os países em desenvolvimento que são particularmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança climática, na resposta a perdas e danos, inclusive focando na abordagem de perdas e danos, oferecendo e ajudando na mobilização de recursos novos e adicionais, e que esses novos arranjos complementem e incluam fontes, fundos, processos e iniciativas dento e fora da Convenção e do Acordo de Paris.”[[6]](#footnote-6)/

 Ademais, em 18 de dezembro de 2022, a Décima Quinta Conferência das Partes na Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica aprovou o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal,[[7]](#footnote-7)/ que desenvolve quatro objetivos de longo prazo para 2050 relacionados à Visão para Biodiversidade 2050. Esses objetivos estão relacionados com a integridade, conectividade e resiliência de todos os ecossistemas; o uso sustentável da biodiversidade; o uso justo de recursos genéticos e conhecimentos indígenas; e a disponibilidade de recursos financeiros, fortalecimento da capacidade, cooperação técnica e cientifica e acesso e transferência de tecnologia para implementar esses objetivos.

A partir de fevereiro de 2023, 198 Partes ratificaram o Acordo de Paris que visa a manter a temperatura média mundial em bem menos de 2°C e o mais perto possível de 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.[[8]](#footnote-8)/ Contudo, em 2019 o IPCC indicou que nenhumas dessas metas trará qualquer redução significativa nos impactos da mudança climática, especialmente no ambiente marinho. Além disso, o Relatório de Avaliação do IPCC para 2022 revelou que os fluxos financeiros rastreados não chegaram perto dos níveis necessários para alcançar os objetivos de mitigação em todos os setores e regiões, e que o desafio de fechar lacunas é maior nos países em desenvolvimento.[[9]](#footnote-9)/

## **Análise da Situação: Estado da Mudança Climática nas Américas**

 Evidências cientificas e empíricas demonstram que as metas contidas no Acordo de Paris e nos compromissos voluntários de nações signatárias em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) não são suficientemente ambiciosas para evitar um desastre iminente para os países na linha de frente dos impactos da mudança climática, que incluem a vasta maioria dos países das Américas. De acordo com o Relatório sobre a Lacuna de Emissões divulgado em novembro de 2018 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, as atuais NDC verão a temperatura média mundial subir entre 2,9°C e 3,4°C acima dos níveis pré-industriais até o fim desse século.

 Os impactos observados e previstos da mudança climática incluem furacões mais intensos e mudanças nos padrões de precipitação e aumento do nível do mar que irão impactar todos de forma negativa, especialmente os grupos mais vulneráveis, minar direitos sociais, econômicos, e ambientais e ameaçar a segurança nacional e regional nas Américas. As ameaças representadas pelo Aumento do Nível do Mar (ANM) são de particular preocupação para os sistemas costeiros e áreas baixas da região. Os dados empíricos coletados pela comunidade cientifica em todo o mundo são convincentes; as emissões incessantes de carbono levarão a um aquecimento de 4°C, poderiam fixar entre 6,9 e 10,8 metros o ANM global no longo prazo e ameaçariam afundar terras que atualmente abrigam de 470 a 760 milhões de pessoas em seis continentes nos próximos séculos.[[10]](#footnote-10)/ Outros estudos mostram que partes do Caribe (Bahamas, Guiana, Belize e Jamaica), México e Equador correm risco de ANM.[[11]](#footnote-11)/ Mesmo um aumento de 1 metro no nível do mar inundaria uma área na costa da Guiana onde 70% da população e 40% das terras agrícolas estão situados e forçaria uma grande reorganização da economia do país. Argentina, México e Jamaica também aparecem entre os 10 países mais vulneráveis quando medidos pelo impacto do aumento de 1 metro em terras agrícolas.

Devido ao fato de que a mudança climática exerce mais pressão na disponibilidade de água e alimentos e exacerba riscos naturais, como ciclones tropicais, enchentes e secas, entre outros, as condições para proteger os seres humanos pioram, com implicações negativas para a dignidade, os direitos humanos e a liberdade fundamental dos povos. Além disso, o Relatório do Banco Mundial de 2018, “Groundswell: Preparação para a Migração Climática Interna”, indica que no México e na América Central “o número de migrantes climáticos irá aumentar de 2020 para 2050 em todos os cenários” e “a região poderia ver uma média de 1,4 a 2,1 milhões de migrantes climáticos até 2050.” O relatório também indica que “México e América Central poderiam ver aumentos enormes na migração climática até o fim do século, por causa de impactos cada vez piores na disponibilidade de água e produtividade das lavouras.” Simultaneamente a migração nacional e internacional aumentará a vulnerabilidade dos países e comunidades receptoras, principalmente nas cidades.[[12]](#footnote-12)/

Ao mesmo tempo, cientistas indicaram que cortes rápidos e agressivos no carbono poderiam diminuir essas ameaças em mais da metade. Políticas e estratégias de mitigação e adaptação focadas nos fatores humanos, combinadas com a preservação e a melhoria dos papéis e funções de sequestro de carbono dos ecossistemas terrestres e marinhos e biodiversidade, são fundamentais para evitar danos irreversíveis nos ecossistemas marinhos e terrestres e nos meios de subsistência.

A mudança climática é um fator direto que está cada vez mais exacerbando o impacto de outros fatores humanos sobre ecossistemas terrestres e marinhos e o bem-estar humano. O Relatório Especial do IPCC prevê que um aquecimento de 1,5°C destruirá entre 70 e 90% dos corais formadores de recifes, enquanto o aquecimento de 2°C provavelmente destruirá 99% dos recifes de corais tropicais. Seis anos antes, o IPCC em seu Quinto Relatório de Avaliação estimou que a duplicação dos níveis de dióxido de carbono pode fazer com que a temperatura média mundial das superfícies suba entre 1,5°C e 4,5°C. Contudo, os últimos modelos climáticos estão agora prevendo que uma duplicação do dióxido de carbono pode produzir um aquecimento de 2,5°C a 5,8°C. Hoje as concentrações de dióxido de carbono na atmosfera são de 410 partes por milhão (ppm), em comparação com níveis pré-industriais de 280 partes por milhão. Os cientistas previram que sem grandes esforços de mitigação as concentrações de dióxido de carbono atingirão cerca de 560 ppm até 2060 (Gergis, 2019).[[13]](#footnote-13)/

O Relatório Mundial de Avaliação sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos da Plataforma Intergovernamental de Políticas Cientificas sobre Biodiversidade (IPBES) lançado em maio de 2019 constatou que 75% da superfície terrestre está bastante alterada, 66% da área oceânica está sofrendo impactos cumulativos e se perderam mais de 85% dos pântanos. O relatório da IPBES revelou que se perderam 32 milhões de hectares de floresta primária ou em recuperação entre 2010 e 2015 e metade dos corais vivos que cobrem os recifes desde 1870, com perdas cada vez maiores nas últimas décadas devido ao fato de a mudança climática exacerbar outras causas.[[14]](#footnote-14)/

Essas mudanças contribuíram para impactos amplamente disseminados em muitos aspectos da biodiversidade, inclusive distribuição de espécies, fenologia, dinâmica populacional, estrutura comunitária e função do ecossistema. De acordo com evidências observacionais, os efeitos estão se acelerando nos ecossistemas marinhos, terrestres e de água doce e já estão impactando a agricultura, aquicultura, pesca e contribuições da natureza para as pessoas. Os efeitos combinados de fatores como mudança climática, mudança de uso da terra e do mar, superexploração de recursos, poluição e espécies alienígenas invasoras têm mais probabilidade de exacerbar os impactos negativos sobre a natureza, como visto em diferentes ecossistemas inclusive recifes, sistemas árticos e savanas.

## **Economia da Mudança Climática**

Tendo em vista que a mudança climática afeta o meio ambiente de muitas formas, ela impacta diretamente a economia. Os impactos econômicos estão ligados aos custos associados à formação de resiliência e recuperação de desastres naturais causados pela mudança climática. As economias também são afetadas pelas medidas necessárias para mitigar as causas da mudança climática, inclusive a transição para fontes de energia limpa e verde. Embora todos os segmentos da sociedade sintam os efeitos da mudança climática, é amplamente reconhecido que os pobres e excluídos são os mais vulneráveis e sofrem as maiores consequências dessa realidade.

A mudança climática está se tornando uma ameaça crescente que aprofunda a divisão social, exacerba a desigualdade e empurra milhões para a pobreza. Pessoas empobrecidas, comunidades rurais e povos indígenas são sempre os mais afetados pelos efeitos adversos da mudança climática. Por exemplo, em novembro de 2021, dois furacões gigantes (Eta e Iota) que atingiram a América Central afetaram as vidas de milhões de pessoas, forçando-as a cortar suas raízes e buscar um futuro melhor em outro lugar. O Banco Mundial estimou que a mudança climática levará a um aumento de 300% na pobreza extrema na América Latina e no Caribe até 2030.[[15]](#footnote-15)/

O Banco Mundial estima que a mudança climática pode levar 3 milhões de pessoas à pobreza a cada ano na América Latina e no Caribe até 2030. Isso impacta as pessoas nas cidades, nas áreas rurais e nas costas e áreas baixas onde furacões e outros perigos são uma ameaça crescente.[[16]](#footnote-16)/ Para superar muitos dos desafios e evitar a queda de milhões de pessoas na pobreza, investimentos críticos em resiliência e apoio econômico para as comunidades urbanas, rurais e indígenas mais pobres devem ser priorizados. As recentes Conferências das Partes na UNFCCC abordaram essas questões, mas muitos esforços ainda precisam ser ativados e faltam soluções de base regional.

Erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares até 2030 é um objetivo fundamental da Agenda de Desenvolvimento Sustentável 2030. Entre 2015 e 2018, a pobreza global manteve seu declínio histórico e a taxa de pobreza global caiu de 10,1% em 2015 para 8,6% em 2018. Devido à pandemia de COVID-19, a taxa de pobreza global aumentou de 8,3% em 2019 para 9,2% em 2020, revertendo o progresso em cerca de três anos.

Além disso, a pandemia de COVID-19 provocou a recessão mundial mais profunda desde a segunda guerra mundial. Em 2020, o PIB mundial diminuiu 3%. Contudo, na América Latina e no Caribe a produção caiu 7%, a pior queda de qualquer região monitorada pelo FMI.[[17]](#footnote-17)/ Em 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia provocou outra desaceleração econômica. Uma inflação recorde, alimentada pela maior crise energética desde os anos 1970, criou dificuldades financeiras para milhões, causando escassez de alimentos e aprofundando a pobreza e a desigualdade em toda a região. No último ano, cerca de um terço da população da região (equivalente a 201 milhões de pessoas) caiu abaixo da linha da pobreza, enquanto a pobreza extrema afetou 13,1% (82 milhões).[[18]](#footnote-18)/

Neste contexto de incerteza climática, a OEA atua como fórum primário de apoio às Américas no desenvolvimento de um enfoque hemisférico à mudança climática. Conforme estabelecido no Plano Estratégico para 2016-2020,[[19]](#footnote-19)/ a OEA reúne ministros e altas autoridades para discutir desafios comuns, trabalhar em soluções e estabelecer prioridades para a ação conjunta.

A proposição da Quarta Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável, a ser realizada em outubro de 2023, concentra-se em oferecer aos Estados membros uma oportunidade única de vislumbrar um enfoque regional comum para a mudança climática, assim como o papel da OEA no apoio a esse esforço. As sessões ministeriais permitirão que os responsáveis pela tomada de decisões sobre políticas climáticas esbocem ações coletivas que, em conjunto, abordarão os desafios da mudança climática.

# LACUNAS, NECESSIDADES E OPORTUNIDADES DE AÇÃO CLIMÁTICA

Líderes de todo o mundo e das Américas estão se mobilizando para enfrentar a crise climática e atender às demandas por meio de ações científicas. Vários países industrializados anunciaram novas metas de emissão de gases de efeito estufa para assegurar que as nações que somam metade da economia do mundo se comprometem com as reduções de emissões necessárias no mundo para manter o aquecimento global em 1,5°C. Por outro lado, os países com economias em desenvolvimento e emergentes estão tomando medidas para aumentar suas ambições climáticas e induzir o crescimento econômico. Todos esses esforços convergem na necessidade de se adaptar a um clima instável e mitigar futuros riscos climáticos. Contudo, dados científicos indicam que, para limitar o aquecimento global a 1,5°C nesta década, a emissão anual de gases de efeito estufa deve ser reduzida em 45% em relação às projeções de emissões de acordo com as políticas atualmente vigentes e deve continuar a cair rapidamente após 2030, para evitar o esgotamento do orçamento de carbono atmosférico restante.[[20]](#footnote-20)/

Abordar as lacunas na mudança climática é um esforço multissetorial que exige o envolvimento de todos os atores da sociedade. Os principais atores incluem governos nacionais, cidades e governos locais, o setor privado, sociedade civil e a comunidade científica.

No âmbito nacional, vários governos na região mostram grandes lacunas transformacionais, incluindo a ausência de estratégias nacionais de mudança climática com metas mensuráveis claras ou indicadores importantes de desempenho para monitorar o progresso, falta geral de dados científicos confiáveis e capacidade técnica e fraca avaliação de externalidades, assim como sua inclusão nos processos nacionais de contabilidade. No âmbito local, poucas cidades e governos municipais incluem a redução do carbono como parte de seu mandato e a conscientização acerca da pegada de carbono dos sistemas alimentares é inadequada.[[21]](#footnote-21)/

A ação do setor privado para limitar o aquecimento global mostra compromisso insuficiente, combinado com capacidades técnicas inadequadas e oposição a impostos e regulamentos ambientais. Por sua vez, o conhecimento e os incentivos da sociedade civil são limitados, os recursos técnicos e financeiros disponíveis a ONGs de mudança climática, organizações de base e grupos de defesa de direitos são inadequados e só há um pequeno número de mecanismos para possibilitar o envolvimento dos cidadãos na tomada de decisões com relação à mudança climática. Finalmente, com relação à academia, um alinhamento robusto entre a ciência e as necessidades da sociedade e enfoques interdisciplinares mais poderosos são necessários para fortalecer a agenda climática da região. [[22]](#footnote-22)/

As ações do governo para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, diminuir o aquecimento global e aumentar o envolvimento de todos os setores da sociedade nessa tarefa incluem uma ampla gama de políticas desde a geração de energia renovável até a mobilidade elétrica, transporte público, eficiência energética, gestão da terra e do lixo, monitoramento e avaliação de compromissos ambientais no âmbito local e nacional ou estratégias de participação pública para a tomada de decisões sobre mudança climática, para citar apenas algumas. Contudo, o mundo precisa se adaptar às consequências de um clima já instável, e o resultado disso varia dependendo da região e pode significar incêndios, enchentes, furacões, secas, dias mais quentes ou mais frios ou aumento do nível do mar.

Conforme os países passam para uma economia descarbonizada, seus planos de desenvolvimento podem tornar a economia limpa, verde e mais resiliente. Sua resposta à mudança climática irá envolver dois enfoques críticos. O primeiro consiste em reduzir e estabilizar os níveis de gases de efeito estufa na atmosfera (mitigação), enquanto o segundo se concentra na adaptação à mudança climática em curso (adaptação). Em ambos os casos, a recuperação pós-COVID-19 é uma oportunidade de mudança sistêmica profunda em direção a uma economia sustentável que funcione para as pessoas e para o planeta.

## **Mitigação**

Existe uma correlação direta entre as temperaturas médias globais e os níveis concentrados de gases de efeito estufa (por exemplo, dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, vapor de água, etc.) na atmosfera da Terra. A chave para abordar essa questão é diminuir as emissões liberadas na atmosfera e reduzir a atual concentração de dióxido de carbono melhorando os reservatórios que acumulam e armazenam esses gases (por exemplo, oceanos, florestas e solo). Os esforços para reduzir emissões e melhorar os reservatórios são chamados de “mitigação.” O objetivo da mitigação é evitar uma significativa interferência humana no clima da Terra, “estabilizar os níveis de gases de efeito estufa em um cronograma suficiente para permitir que os ecossistemas se adaptem naturalmente à mudança climática, assegurar que a produção alimentar não seja ameaçada e permitir que o desenvolvimento econômico siga de forma sustentável.”[[23]](#footnote-23)/

Mais da metade das emissões globais de metano se originam de atividades humanas em três setores: combustíveis fosseis (35%), lixo (20%) e agricultura (40%). No setor de combustíveis fósseis, a extração, processamento e distribuição de petróleo e gás somam 23% e a mineração de carvão 12% das emissões.[[24]](#footnote-24)/ No setor do lixo, o aterro sanitário e águas residuais somam cerca de 20% das emissões antropogênicas globais. No setor agrícola, as emissões do gado oriundas de esterco e fermentação intestinal representam aproximadamente 32% e o cultivo de arroz 8% das emissões antropogênicas globais.[[25]](#footnote-25)/ Existem medidas de controle focalizadas prontamente disponíveis que podem reduzir mais de 30% das emissões antropogênicas de metano até 2030. A maioria dessas soluções técnicas está nos setores dos combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) e do lixo e podem ser aplicadas a um custo baixo ou negativo.[[26]](#footnote-26)/ Uma combinação de políticas centradas nessas medidas poderia reduzir as emissões desses setores em aproximadamente 45% até 2030, atingindo assim a meta do Acordo de Paris de 1,5°C. Além disso, essas políticas devem alavancar soluções baseadas na natureza.

### Energia

 A geração e consumo de energia e o transporte são fontes importantes de emissão de gases de efeito estufa na região. Os países que procuram reduzir sua pegada de carbono e descarbonizar o setor da energia têm à sua disposição um conjunto de políticas que, se forem empregadas com sucesso, podem reduzir drasticamente as emissões de gases de efeito estufa.

 Embora os países das Américas tenham feito um progresso considerável na descarbonização do setor de energia, o hemisfério permanece muito dependente de mercados de petróleo altamente voláteis e subsídios para combustíveis. No momento, o setor de energia é dominado por combustíveis fósseis, que somam cerca de 70% do total de abastecimento de energia primária, enquanto os 30% restantes vêm de fontes renováveis. Em termos de capacidade instalada, os combustíveis fósseis representam 39% e as fontes renováveis 61% (OLADE, 2020). De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), os subsídios para combustíveis fósseis eram de US$ 5,9 trilhões (ou 6,8% do PIB) em 2020 e devem aumentar no futuro próximo.[[27]](#footnote-27)/

A região exigirá novas tecnologias e volumes enormes de capital nos próximos 20 anos para atender ao crescimento da demanda, fortalecer a segurança energética e cumprir os compromissos climáticos do Acordo de Paris. Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), até 2040 a demanda de eletricidade terá dobrado, a energia hidroelétrica e o gás natural permanecerão dominantes na matriz de geração, haverá uma participação mais forte de energia renovável variável (de 2% em 2014 para 11% em 2040) e o óleo combustível e o carvão continuarão a representar um papel na matriz energética. Além disso, dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento indicam que a região exigirá 408 gigawatts em nova capacidade nas próximas duas décadas (138 gigawatts de gás natural e 270 gigawatts de fontes renováveis) a um custo médio de US$ 24 bilhões por ano. Até 2040 vários ativos energéticos próximos do fim do seu ciclo de vida precisarão ser substituídos a um custo estimado de US$ 177 bilhões. Por outro lado, a expansão e aperfeiçoamento da rede elétrica para abastecer novos usuários finais e as exigências de mobilidade elétrica irão demandar quase US$ 80 bilhões. Com base nessas estimativas, a região necessitará de um investimento anual em infraestrutura de energia sustentável de cerca de US$ 36,85 bilhões entre 2023 e 2040 para implementar transições energéticas somente na geração de energia.

Os países podem aumentar a segurança energética, melhorar o balanço de pagamentos e obter melhor gestão fiscal aumentando as fontes renováveis na matriz energética nacional. Intensificar o consumo de tecnologias de energia renovável diminui a dependência de importações de petróleo, cria oportunidades de emprego e reduz as emissões de gases de efeito estufa. Contudo, os orçamentos do governo carecem de teto fiscal para oferecer o nível de suporte financeiro necessário para financiar a descarbonização total do setor energético. Além disso, o grave declínio financeiro resultante da pandemia de COVID-19, combinado com o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, gera a necessidade de implementar um enfoque de todo o governo para assegurar que todos os setores da economia contribuam para a recuperação econômica.

O capital e as soluções tecnológicas do setor privado são cruciais para uma transição energética bem-sucedida nas Américas. Existe tanto uma necessidade como uma oportunidade para o setor privado ajudar a transformar a transição energética da região em um investimento climaticamente inteligente e com impacto social. Assim, resolver a crise da mudança climática exigirá a máxima parceria público-privada e os líderes comerciais devem fazer parte da atual conversa sobre como alinhar financiamento e inovação com a transição para um setor de energia sustentável e com zero emissões líquidas.

Além de mobilizar soluções de energia renovável, descarbonizar a economia de forma efetiva exige grandes esforços para melhorar a eficiência energética nas casas, no comércio e nas indústrias. A eficiência energética é uma forma eficaz em função do custo de combater a mudança climática, reduzir os custos energéticos e melhorar a competitividade. A eficiência energética também é vital para se atingir zero emissões líquidas. Conservar energia reduz a necessidade de investimentos futuros, libera capital e limita os riscos relacionados a combustíveis, aumenta a competitividade e apoia o planejamento de recursos no longo prazo. A maioria dos países da América Latina e do Caribe contempla metas de eficiência energética como parte de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) de acordo com o Acordo de Paris.

Com relação ao setor de transporte, dados do Banco Mundial mostram que, na América Latina e no Caribe, 35% das emissões de gases de efeito estufa relacionadas a combustão de combustíveis se originam de veículos de combustão interna, nível muito mais alto do que a média global de 22%. Por outro lado, a lotação de transportes públicos na região é uma das mais altas do mundo. Eletrificar o transporte público traz enormes ganhos transformacionais em termos de redução das emissões de gases de efeito estufa, ajudando os países a cumprir suas contribuições nacionalmente determinadas em conformidade com o Acordo de Paris.

Do ponto de vista da inovação tecnológica, o hidrogênio verde está se mostrando uma grande promessa, já que um número crescente de países na região está se direcionando para produzir hidrogênio limpo, tendo em mente os recursos abundantes de energia renovável, a necessidade de descarbonizar suas economias e o imenso potencial de exportação de hidrogênio. Além disso, as tecnologias oferecem uma nova perspectiva e novas oportunidades de integração energética na região.

O setor do transporte tem sido uma meta legítima das políticas e estratégias de descarbonização nas Américas não só por conta de sua contribuição para a consecução das NDC, mas por causa do impacto positivo significativo sobre a qualidade do ar e a saúde humana que pode resultar. O mercado atual de veículos elétricos (VE) na América Latina ainda é pequeno. A infraestrutura de carregamento está dando seus primeiros passos, VE são caros e os impostos de importação são altos, tornando-os inacessíveis para a maioria das pessoas. Por outro lado, ônibus elétricos mostram um imenso potencial de crescimento no mercado. Eles fornecem uma solução viável para as cidades que buscam a tecnologia para melhorar a qualidade do ar e o transporte público, diminuir as emissões de gases de efeito estufa e reduzir a exposição a mercados de petróleo voláteis.

A maioria das viagens de passageiros nas cidades da América Latina e do Caribe é feita em transporte público. A segurança no transporte é uma questão preocupante, mas também faz parte da nova realidade que passageiros e governos enfrentarão nos próximos anos. Oferecer transporte público de alta qualidade continua sendo uma prioridade para a maioria das cidades, especialmente as que não mantiveram o mesmo ritmo de crescimento na demanda de transporte por décadas. Estratégias de planejamento de transporte baseadas em uma combinação de boas políticas e sinais certos para o mercado podem ajudar os governos a compensar o investimento para que as empresas suplementem o financiamento público em troca de tarifas de serviços com base no desempenho.

A pandemia de Covid-19 e o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia causaram interrupções sem precedentes no mercado de petróleo que resultaram em um impacto profundo no abastecimento, demanda e preços do petróleo. A adoção da mobilidade elétrica irá diminuir a poluição do ar, reduzir a exposição a mercados de petróleo voláteis e permitir o cumprimento das metas nacionais de emissão de gases de efeito estufa. Os países já estão empregando mobilidade elétrica como solução tecnológica para abordar múltiplas prioridades.

### Sequestro de Carbono

O dióxido de carbono presente na atmosfera da Terra se origina de duas fontes primárias distintas: atividades naturais e humanas. As fontes naturais incluem a maioria dos animais, que expiram dióxido e excretam metano. As atividades humanas que produzem emissões de dióxido de carbono relacionam-se principalmente com energia, agricultura, indústria, transporte, etc. O dióxido de carbono, assim com outros gases de efeito estufa, possui um efeito de sequestro do calor que mantém a Terra quente. Acumulações excessivas de dióxido de carbono levam a temperaturas mais altas e aquecimento global.

O dióxido de carbono é o gás de efeito estufa mais presente na atmosfera da Terra, seguido do metano, óxido nitroso e vapor de água. O sequestro de carbono é o processo pelo qual o dióxido de carbono atmosférico é capturado e armazenado, reduzindo assim a quantidade e, com isso, o aquecimento global. Os processos de sequestro de carbono podem ser biológicos ou geológicos.

O sequestro biológico de carbono refere-se à capacidade natural dos ecossistemas aquáticos e terrestres de armazenar carbono. Florestas, pântanos de turfa e pântanos costeiros são capazes de armazenar quantidades imensas de dióxido de carbono. Processos de sequestro natural armazenam dióxido de carbono no tecido da planta, como a casca da árvore ou as raízes. Por outro lado, o sequestro geológico de carbono é o processo de armazenar dióxido de carbono em formações geológicas. O dióxido de carbono é pressurizado até se tornar líquido e depois injetado em formações porosas de rochas em bacias geológicas.[[28]](#footnote-28)/ Esse método às vezes é combinado com técnicas melhoradas de recuperação de petróleo, também conhecidas como recuperação terciária.

### Soluções baseadas na natureza

As soluções baseadas na natureza são definidas como “ações para proteger, gerir sustentavelmente e recuperar ecossistemas naturais ou modificados, que abordam desafios sociais de forma eficaz e adaptativa, oferecendo benefícios em termos de bem-estar humano e biodiversidade.”[[29]](#footnote-29)/ As soluções baseadas na natureza aproveitam as forças da natureza para abordar desafios sociais, proporcionando benefícios em termos de bem-estar humano e biodiversidade. As soluções baseadas na natureza envolvem ações para proteger, recuperar ou gerir ecossistemas naturais e seminaturais, sistemas aquáticos e terras aráveis, ou a criação de ecossistemas originais nas cidades e áreas próximas. Essas ações são escoradas pela biodiversidade e envolvem comunidades locais e povos indígenas em sua formulação e implementação. Por exemplo, a recuperação de florestas e pântanos pode garantir abastecimento de água, apoiar os meios de subsistência e proteger comunidades contra inundações, erosão do solo e deslizamentos. O acréscimo de telhados verdes em edifícios pode moderar os impactos de ondas de calor, captar água da chuva e diminuir a poluição. A recuperação de ecossistemas costeiros (mangues, recifes e pântanos salgados) protege comunidades e infraestrutura de tempestades e erosão. Hábitats costeiros, especialmente mangues, são particularmente hábeis em sequestrar carbono, contribuindo assim para a mitigação.

## **Adaptação**

A adaptação à mudança climática refere-se a ajustes nos sistemas ecológicos, sociais ou econômicos em resposta a eventos climáticos reais ou esperados e seus efeitos.[[30]](#footnote-30)/ As técnicas de adaptação denotam mudanças nos processos, práticas e estruturas para moderar potenciais danos ou se beneficiar de oportunidades associadas à mudança climática. A Terra já está sofrendo mudanças nas temperaturas médias, mudança das estações, maior frequência de eventos climáticos extremos e eventos de início lento. A rapidez com que o clima está mudando e esforços de adaptação ineficazes aumentam a dificuldade de empregar medidas eficazes de adaptação climática e elevam seu custo. Os países e comunidades devem desenvolver soluções de adaptação e implementar ações para responder a impactos atuais e futuros da mudança climática.

As ações de adaptação podem assumir muitas formas, dependendo do contexto da comunidade, país ou região. A adaptação pode incluir desde criar defesas contra enchentes, montar sistemas de alerta de furacões, plantar lavouras resistentes à seca, construir infraestrutura resistente ao clima e rever códigos de construção até redesenhar sistemas de comunicação, operações comerciais e políticas de governo. Muitas nações nas Américas estão tomando medidas para criar resiliência climática em suas sociedades e economias. Contudo, será necessária uma maior ambição para gerir de forma eficaz em função do custo os riscos climáticos presentes e futuros.

Embora a mudança climática seja uma questão global, ela é sentida em escala local. Portanto, os governos e comunidades locais estão na linha de frente da adaptação. A adaptação bem-sucedida à mudança climática não depende exclusivamente da ação dos governos, mas também das comunidades locais, organizações nacionais, regionais, multilaterais e internacionais, empresas e sociedade civil. A adaptação é um componente crucial da resposta global de longo prazo para proteger as pessoas, os meios de subsistência e os ecossistemas; e deve se basear e ser guiada por conhecimento científico e, conforme apropriado, por conhecimento tradicional, conhecimento dos povos indígenas e sistemas de conhecimento local, visando a integrar a adaptação em políticas e ações socioeconômicas e ambientais.[[31]](#footnote-31)/

### Água

A América Latina tem recursos hídricos abundantes, somando 31% das reservas de água doce do mundo. Contudo, muitas áreas na região estão sendo afetadas por flutuações nos padrões de precipitação induzidas pela mudança climática, megassecas e outros fenômenos climáticos devastadores.[[32]](#footnote-32)/ A mudança climática está exacerbando a variabilidade dos ciclos hidrológicos, levando a condições climáticas extremas que enfraquecem a capacidade das pessoas de gerir os impactos de secas ou inundações, reduzindo a previsibilidade da disponibilidade de recursos hídricos, diminuindo a qualidade da água e ameaçando o desenvolvimento sustentável, a biodiversidade e o acesso a água potável e saneamento em todo o mundo.

A mudança climática também está afetando os sistemas de abastecimento de água e os diferentes usos produtivos da água. O acesso a água potável segura, saneamento adequado e higiene é essencial para a saúde e o bem-estar humano, mas hoje mais de 166 milhões de pessoas[[33]](#footnote-33)/ (26% da população da ALC) não possui acesso adequado a água potável segura. Além disso, a água é necessária para as atividades de produção industrial, alimentar e energética, que estão estreitamente ligadas e podem entrar em conflito se forem mal geridas. O acesso à água potável e ao saneamento é um direito humano básico, mas os riscos anteriormente mencionados e a insegurança hídrica na nossa região são exacerbados devido à baixa de investimento no setor hídrico e de saneamento.

Promover enfoques integrados de gestão dos recursos hídricos, inclusive em corpos de água transfronteiriços, é uma prioridade considerando os impactos da mudança climática, a crescente escassez de água e a crescente demanda por água. A região possui 67 bacias hidrográficas internacionais cobrindo aproximadamente 50% de suas terras e uma grande parte das atividades econômicas da região depende de recursos hídricos transfronteiriços. Essa dependência econômica e hidrográfica em corpos de água compartilhados exige um enfoque que abranja toda a bacia. Os recursos hídricos transfronteiriços dependem da cooperação entre vários países. Daí a necessidade de se promover o diálogo, a diplomacia e acordos entre os países.

Um enfoque integrado e sustentável da gestão climática e dos recursos hídricos proporciona benefícios substanciais e, portanto, deve receber consideração adequada no desenvolvimento de políticas e no planejamento regional.

Processos integrados de gestão dos recursos hídricos promovem o uso coordenado da água, terra e recursos relacionados de forma a maximizar o bem-estar econômico e social sem comprometer a sustentabilidade de ecossistemas vitais e dão reconhecimento adequado ao poder de transformação que o acesso à água limpa representa para o bem-estar humano.

### Desastres Naturais

Todas as pessoas enfrentam ameaças naturais e humanas como desastres. Hoje, a mudança climática está cientificamente ligada à escassez de água e agrava desastres naturais como furacões, enchentes, incêndios florestais, ondas de calor e eventos climáticos extremos. As Américas continuam sendo uma das regiões mais propensas a desastres do mundo, deixando os cidadãos expostos a múltiplos desastres de avanço rápido e num estado constante de luta. Embora os Estados membros estejam dispostos a fortalecer a cooperação para redução do risco de desastres, notadamente por meio da implementação do Quadro de Sendai, eles entendem que isso não é suficiente para construir um enfoque integrado para uma maior resiliência.

Conforme aumenta a frequência e a intensidade de fenômenos climáticos, em seus processos de planejamento os Estados membros devem contemplar medidas para reduzir os impactos de eventos catastróficos sobre o povo e a economia, com a intenção de proteger os grupos mais vulneráveis, especialmente mulheres, idosos, pessoas com deficiência, jovens e pobres.

A vulnerabilidade nunca é distribuída igualmente, especialmente considerando fatores como as mudanças dinâmicas no ambiente natural, a alta taxa de urbanização da região (80% da população vive em áreas urbanas), a degradação ambiental e a sobrecarga não planejada das cidades muitas vezes com infraestrutura antiga e inadequada. Esse contexto sublinha a necessidade de se fortalecer a capacidade de gestão do risco de desastres.

Além disso, o conceito de Cidades Inteligentes é caracterizado pela inovação digital e o uso de tecnologias de comunicação modernas, possibilitando novas capacidades para avaliar o impacto dos desastres naturais e a resposta que cada solução pode dar, o que contribui para mitigar os impactos durante desastres naturais causados pela mudança climática e conseguir uma recuperação mais rápida e eficiente após uma emergência.

Para a mitigação e resposta a desastres, é necessário formular estratégias abrangentes e modelos de intervenção que permitam que a gestão de riscos seja abordada em múltiplos níveis dentro do governo, enfatizando especialmente a esfera urbana, e considerando medidas transetoriais que são elementos-chave para tornar as cidades mais resilientes. Contudo, apesar da grande quantidade de informação disponível, ainda há capacidade limitada para análise e interpretação para a tomada de decisões com relação aos cursos de ação apropriados.

## **Oportunidades estratégicas para a Ação Climática**

Existem estratégias para se adaptar aos impactos da mudança climática e também existem múltiplas formas nas quais o mundo pode mitigar as causas da mudança climática. Nesta seção, este relatório ressalta uma série de estratégias importantes que podem ser consideradas para discussão na Reunião Ministerial, inclusive as relacionadas a adaptação, mitigação, financiamento e cooperação.

### ESTRATÉGIA 1 – Adaptação à Mudança Climática: Ações para uma Região Mais Resiliente e Inclusiva

Os impactos observados e previstos da mudança climática incluem maior frequência e intensidade de furacões, mudança nos padrões de precipitação atmosférica, secas e aumento do nível do mar; todos eles impactam negativamente mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo, principalmente os grupos vulneráveis, minam os direitos sociais, econômicos e ambientais e ameaçam a segurança nacional e regional nas Américas. Há muitas ações que os países da região podem realizar para reduzir os riscos associados com esses impactos. Várias ações importantes são descritas adiante.

**Melhorar a resiliência para reduzir a vulnerabilidade aos impactos da mudança climática**

Para melhorar efetivamente a resiliência a fim de reduzir a vulnerabilidade aos impactos provocados pela mudança climática, a região deve adotar um enfoque abrangente e estratégico para aumentar a resiliência. Isso pode envolver uma série de ações, inclusive as seguintes.

1. A implementação de **soluções baseadas na natureza** é crucial para recuperar e preservar nossos ecossistemas naturais, inclusive importantes bacias transfronteiriças, mangues e florestas. Fazendo isso, podemos oferecer proteção crucial contra os impactos da mudança climática, como enchentes, erosão e secas, salvaguardando recursos naturais vitais e reduzindo a vulnerabilidade de comunidades locais.
2. Zonas costeiras baixas podem se beneficiar de **planejamento estratégico e investimentos focalizados em infraestrutura protetora,** como paredões, barreiras contra inundação e sistemas de gestão de água da chuva, para ajudar a mitigar os impactos de furacões. Também é necessária ação urgente de **planejamento urbano e desenvolvimento de infraestrutura** nas cidades do hemisfério para assegurar que os edifícios e a infraestrutura são projetados para aguentar os efeitos de eventos climáticos extremos.
3. Desenvolvimento de um **sistema de dados e informação cientifica para** apoiar os governos no desenvolvimento de iniciativas de resiliência que reduzem a vulnerabilidade de comunidades na América Latina e no Caribe.
4. Os Estados membros podem priorizar o **desenvolvimento de novos códigos de construção que promovem infraestrutura resiliente e implementam práticas de gestão da terra** que podem ajudar a mitigar o impacto de desastres naturais. As pesquisas cientificas devem informar o desenvolvimento de medidas de mitigação, como a construção de edifícios resistentes a tempestades, o desenvolvimento de sistemas de alerta e o estabelecimento de rotas de evacuação.

**Resposta a desastres naturais**

A resposta a desastres naturais nas Américas exige um enfoque abrangente que englobe tanto a resposta emergencial de curto prazo como o planejamento estratégico de longo prazo.

1. Devem ser estabelecidos **programas de treinamento** eficazes para equipar os responsáveis pela formulação de políticas e tomadores de decisão com o conhecimento e entendimento necessário dos dados científicos relacionados a desastres naturais. Isso permitiria que os países tomem decisões informadas com base em evidências e experiências passadas.
2. Para garantir uma resposta rápida e eficiente aos desastres naturais, há uma necessidade crucial de melhor **coordenação e comunicação entre governos, organizações de auxílio e comunidades locais em áreas de alto risco**. É preciso estabelecer linhas claras de comunicação e protocolos de resposta para minimizar o impacto de desastres.

### ESTRATÉGIA 2 – Mitigação da Mudança Climática: Ações para Reduzir e Sequestrar Emissões de Gases de Efeito Estufa

É normalmente aceito que a rápida descarbonização da economia mundial por meio da redução de concentrações atmosféricas das emissões de gases de efeito estufa (GEE) é crucial para atingir os objetivos do Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados em 2015. Também são cruciais em termos de mitigação os esforços de preservação e aumento do sequestro de carbono através das funções dos ecossistemas e da biodiversidade terrestre e marinha. Algumas possíveis ações de mitigação são descritas adiante.

**Acelerar a transição para soluções energéticas sustentáveis, principalmente energia renovável e eficiência energética**

1. Os governos da região podem adotar e melhorar **políticas e mandatos para incentivar a ampla adoção de soluções de energia renovável e eficiência energética**.
2. É essencial **promover campanhas de conscientização pública e intercâmbio de conhecimento** para educar indivíduos sobre as vantagens da energia renovável e da eficiência energética.
3. Esforços de colaboração entre os países da região para estabelecer **acordos regionais e maior integração são necessários para incentivar a adoção de soluções de energia renovável e eficiência energética em maior escala**.

**Promover o uso de soluções climáticas naturais**

1. A região da América Latina e do Caribe (ALC) possui uma incrível riqueza de biodiversidades, tornando crucial **priorizar a proteção e a recuperação de florestas, pastos e pântanos.** Esses ecossistemas são vitais para fornecer serviços essenciais do ecossistema e atuar como reservatórios naturais de carbono, ajudando a mitigar o impacto das emissões de carbono na atmosfera.
2. Uma forma de apoiar os esforços da região da ALC para combater a mudança climática é **promover práticas agrícolas regenerativas.** Essas práticas concentram-se em solos saudáveis e maximizam o sequestro de carbono por meio de métodos baseados na natureza como o plantio direto, cultivo de plantas de cobertura e rotação de culturas.
3. Para incentivar ainda mais práticas sustentáveis de gestão da terra, os países da ALC devem **promover incentivos e políticas que sejam baseadas em evidências e apoiem o uso de soluções climáticas.** Exemplos dessas políticas incluem a fixação de preço do carbono, incentivos fiscais e subsídios. Incentivando práticas sustentáveis, ajudamos a proteger a biodiversidade da ALC e reduzir a pegada de carbono da região.

### ESTRATÉGIA 3 – Financiamento Climático: Ações para Atender às Necessidades de Financiamento

O financiamento dirigido a apoiar investimentos em mitigação climática (redução e/ou sequestro de emissões de gases de efeito estufa) e adaptação climática (aumento da resiliência de sistemas humanos e ecológicos aos impactos negativos da mudança climática. Como tema transversal em apoio as discussões sobre mudança climática no nível ministerial, esse é um assunto crucial para o hemisfério, que deve efetuar transações multibilionárias envolvendo recursos públicos, multilaterais e privados.

Na recente Conferência COP27, os países chegaram a um acordo sobre um fundo para “perdas e danos” em apoio aos países vulneráveis devastados por impactos climáticos. Os níveis de financiamento e operacionalização desse fundo serão definidos na próxima COP28 no fim de 2023. Com relação à mitigação, ainda há interesse considerável da parte dos países desenvolvidos e do setor privado para investir em descarbonização e transição através da diplomacia ou de instituições multilaterais de desenvolvimento (por exemplo, Banco Mundial, GCF, GEF) e através do investimento estrangeiro direto, respectivamente, ajudando assim os países em desenvolvimento a alcançar suas NDC.

**Avaliações do financiamento climático e compartilhamento de conhecimentos**

Para garantir recursos de financiamento climático, os Estados membros devem considerar as seguintes ações.

1. Os países do hemisfério podem realizar uma **avaliação da alocação de recursos de financiamento climático para a região**. Isso significa identificar as diferentes fontes de financiamento climático, como investimentos do setor privado, financiamento do governo e ajuda internacional, e analisar como esses recursos são distribuídos entre várias regiões e setores.
2. Para enfrentar o principal obstáculo no acesso ao financiamento climático, é essencial **estabelecer um processo mais transparente e assegurar maior harmonização nos procedimentos de solicitação**. Essas medidas ajudariam os países a entender o processo e aumentariam a probabilidade de sucesso. É imperativo priorizar essas ações para assegurar acesso equitativo ao financiamento climático a todas as nações.
3. Os países em desenvolvimento precisam de **fortalecimento da capacidade institucional para permitir acesso eficaz ao financiamento climático e sua gestão**. Isso inclui melhorar os marcos legais, formar expertise técnica e desenvolver habilidades de gestão financeira.
4. Desenvolver um **centro hemisférico de informação sobre financiamento climático** que compartilharia informação sobre novas fontes de financiamento, como títulos verdes, fundos de investimento climático e outros mecanismos inovadores que podem ajudar a mobilizar os recursos necessários para abordar a mudança climática na região.
5. Promover o **intercâmbio de conhecimento e fortalecimento da capacidade** e fomentar a colaboração entre países e parceiros internacionais, para facilitar o compartilhamento de melhores práticas e fortalecer a capacidade em áreas como desenho, financiamento e implementação de projetos. Considerar a inclusão de alianças entre diferentes atores da região, inclusive governos, organizações da sociedade civil, setor privado e organizações internacionais, de modo a alavancar expertise e recursos para abordar os desafios do financiamento climático na região.

### ESTRATÉGIA 4 – Cooperação Regional e Integração para Enfrentar a Crise Climática e Garantir o Desenvolvimento Sustentável no Longo Prazo

Reconhecer os graves desafios enfrentados pela região e o valor de trabalhar juntos para um desenvolvimento sustentável integrado e inclusivo por meio de mais sistemas de energia, estradas e comércio intrarregional e alinhar as políticas para fortalecer as capacidades nacionais pode ajudar a região das Américas a construir maior resiliência, bem como aumentar o poder de barganha no cenário mundial, especialmente no contexto dos novos fundos a serem negociados na COP28. Não há dúvidas de que expandir e aprofundar a cooperação transfronteiriça na região nos ajudará a enfrentar a crise climática que está cada vez pior.

**Abordar impedimentos à integração institucional harmonizando e fortalecendo instituições e processos em toda a região e resolvendo limitações de recursos e capacidade.**

1. Fomentar uma cultura de vontade política e colaboração para **priorizar a integração institucional na América Latina e no Caribe**.
2. **Abordar restrições de recursos e capacidade** através de mecanismos de financiamento inovadores e parcerias, inclusive parcerias público-privadas e cooperação internacional.
3. Superar diferenças políticas e sociais através de **diálogos abertos e construtivos que procurem encontrar interesses comuns e formar consenso acerca de esforços de integração institucional.**

**Melhorar a coordenação de políticas funcionais nas áreas de desafios comuns, inclusive construção de resiliência climática e infraestrutura climática e redução de subsídios aos combustíveis fósseis, e reduzir a competição danosa entre Estados membros.**

1. Incentivar os líderes políticos a trabalharem para uma **visão compartilhada de desenvolvimento sustentável**, que priorize a redução da competição danosa e a promoção da cooperação e integração regional.
2. Promover a necessidade de maior transparência e responsabilidade nos processos de formulação de políticas, assegurando que **a tomada de decisões seja informada por evidências cientificas sólidas e orientada pelos princípios de equidade e justiça social.**
3. **Facilitar o diálogo e o compartilhamento de conhecimento** entre os Estados membros, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para identificar e abordar desafios comuns, alavancar recursos compartilhados e construir um futuro mais resiliente e sustentável para todos.

# MANDATOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA OEA

#

 Na busca de maior desenvolvimento sustentável e ação climática, a OEA apoia ativamente os Estados membros no desenvolvimento e implementação de iniciativas que abordam aspectos importantes desses desafios. Essas ações são instruídas por vários mandatos de nível ministerial, inclusive os seguintes.

* A Carta da OEA estipula que o Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) deve promover a cooperação entre os Estados membros para obter um desenvolvimento integral. A Carta também estabelece que o CIDI deve “promover, coordenar e atribuir responsabilidade pela execução de programas e projetos de desenvolvimento aos órgãos subsidiários e organizações relevantes, com base nas prioridades identificadas pelos Estados membros, em áreas como o desenvolvimento econômico e social, incluindo comércio, turismo, integração e meio ambiente.”
* Na Assembleia Geral da OEA realizada em 14 de junho de 2016, os Estados membros da OEA aprovaram o Programa Interamericano de Desenvolvimento Sustentável (PIDS) que estabelece ações prioritárias para o desenvolvimento sustentável em seis áreas: (1) gestão do risco de desastres; (2) gestão sustentável de ecossistemas; (3) gestão integrada de recursos hídricos; (4) cidades e comunidades sustentáveis; (5) gestão de energia sustentável, priorizando a promoção de energia limpa, renovável e ambientalmente sustentável e a eficiência energética; (6) fortalecimento e construção de capacidade de instituições eficientes, eficazes, responsáveis e inclusivas para o desenvolvimento sustentável. O PIDS visa a garantir que o trabalho da Secretaria-Geral em desenvolvimento sustentável esteja alinhado com a implementação no hemisfério da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris sobre Mudança Climática e que seus objetivos e resultados sejam orientados pelos ODS aprovados pelos Estados membros e contribuam para a sua realização.
* O PIDS também estabelece que o trabalho da Secretaria-Geral deve contribuir diretamente para o apoio a seus esforços de cumprimento do ODS 11, “Tornar as cidades e assentamentos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, ODS 15, “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável de ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”, e ODS 7, “Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”, bem como metas inter-relacionadas de outros ODS da Agenda 2030 e seus elementos transversais.
* A ligação entre mudança climática, desastres e segurança também vem recebendo atenção dos Estados membros da OEA desde 2002. No Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral (Barbados, 2002), os Estados membros declararam que “a segurança do Hemisfério engloba fatores políticos, econômicos, sociais, sanitários e ambientais.” Eles acordaram também que “os Estados membros devem aumentar e aprofundar a colaboração e coordenação a fim de abordar de forma mais focalizada as novas ameaças, preocupações e outros desafios multidimensionais à segurança hemisférica.” Em 2003, na Conferência Especial sobre Segurança, no México, foi acordado um novo conceito de “Segurança Multidimensional” incluindo novas ameaças, como desastres naturais e causados pelo ser humano e degradação ambiental.
* A ligação entre mudança climática e energia foi o foco do Trigésimo Sétimo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral no Panamá, em 2007. Os Estados membros aprovaram a “Declaração do Panamá: Energia para o Desenvolvimento Sustentável” e sublinharam que a governança democrática, instituições democráticas fortes, o estado de direito e o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais são elementos essenciais no avanço dos objetivos de desenvolvimento energético e sustentável dos Estados membros e da região, combatendo a exclusão social e fomentando o bem público.[[34]](#footnote-34)/

A principal entidade dentro da OEA responsável por cumprir esses e outros mandatos de desenvolvimento sustentável é o Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DSD) da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral (SEDI). Por mais de 60 anos a SEDI/DSD vem se dedicando a apoiar os Estados membros a alcançar o desenvolvimento inclusivo e **sustentável por meio de assistência técnica e diálogo regional sobre políticas de questões hídricas e energéticas, desastres naturais e mudança climática**. O trabalho da OEA concentrou-se no fortalecimento da capacidade de indivíduos e instituições para gerar impactos tangíveis. No futuro, a OEA irá alavancar suas capacidades técnicas e institucionais para implementar intervenções de mudança climática que levarão a grandes ganhos ambientais de longo prazo para a região.

# QUARTA REUNIÃO INTERAMERICANA DE MINISTROS E ALTAS AUTORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Ministros e Altas Autoridades de Desenvolvimento Sustentável deverão se reunir com o objetivo de formar consenso acerca de políticas, atividades, projetos e outras soluções importantes que permitem que as Américas enfoquem melhor coletivamente as causas da mudança climática e a resiliência aos seus impactos.

Além dos impactos atuais e projetados da mudança climática citados acima, os esforços globais para combater essas ameaças foram afetados por outros eventos. Em particular, a pandemia mundial de COVID-19 e o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia exacerbaram esses impactos, demonstrando como o mundo e nossa região dependem de terceiros para manter sua segurança alimentar e energética e continuar com o crescimento econômico. Um enfoque que enfatiza o fortalecimento da integração e cooperação regional ajudará a mitigar a mudança climática e aumentar a resiliência a seus impactos. Existe consenso de que um caminho verde que promova investimentos neutros em função do carbono, empregos justos e verdes, redução da poluição, infraestrutura sustentável e resiliente e atrair investimento privado são o caminho para garantir sustentabilidade de longo prazo e atingir uma recuperação inclusiva para todos.

Por isso, faz sentido trabalharmos juntos, como Américas, nas causas e efeitos comuns da mudança climática, enquanto alcançamos nossa tão desejada sustentabilidade e crescimento econômico, mas sem destruir os ecossistemas que não dão ar, alimento e água.

CIDRP03817P04

1. Assembleia Geral das Nações Unidas, Transformar nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 21 de outubro de 2015, A/RES/70/1, septuagésima sessão, itens 15 e 116 da Agenda. [↑](#footnote-ref-1)
2. IX Cúpula das Américas, Nosso Futuro Verde Sustentável, 9 de junho de 2022, Los Angeles, Estados Unidos. [↑](#footnote-ref-2)
3. Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra – Conferência da ONU sobre Mudança Climática (COP26) na SEC – Glasgow 2021. [↑](#footnote-ref-3)
4. IX Cúpula das Américas, Acelerando a Transição Justa para a Energia Limpa, Sustentável e Renovável, 9 de junho de 2022, Los Angeles, Estados Unidos. [↑](#footnote-ref-4)
5. Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, Sharm el-Sheikh, Egito, 20 de novembro de 2022, acordos de financiamento para responder a perdas e danos associados a efeitos adversos da mudança climática, incluindo um foco na abordagem de perdas e danos, Decisão -/CP.27 -/CMA.4, Vigésima sétima sessão (versão não editada). [↑](#footnote-ref-5)
6. Ibid. [↑](#footnote-ref-6)
7. Conferência das Partes na Convenção sobre Diversidade Biológica, Quadro Mundial de Biodiversidade de Kunming-Montreal, 18 de dezembro de 2022, Montreal, Canadá, CBD/COP/15/L.25, Décima quinta reunião – Parte II item 9A da Agenda. [↑](#footnote-ref-7)
8. Conforme relatado pela Secretaria da UNFCCC. [↑](#footnote-ref-8)
9. IPCC, 2022: Resumo para Responsáveis pela Formulação de Políticas. Em: Mudança Climática 2022: Mitigação da Mudança Climática. Contribuição do Grupo de Trabalho III para o Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática [P.R. Shukla, J. Skea, R. Slade, A. Al Khourdajie, R. van Diemen, D. McCollum, M. Pathak, S. Some, P. Vyas, R. Fradera, M. Belkacemi, A. Hasija, G. Lisboa, S. Luz, J. Malley (eds.)]. [↑](#footnote-ref-9)
10. Climate Central: Program on Sea Level Rise. Disponível em <https://sealevel.climatecentral.org/maps/mapping-choices> [↑](#footnote-ref-10)
11. Cidades da América Latina e do Caribe em risco de aumento do nível do mar. Observatório Urbano Mundial da UN-HABITAT 2008. Disponível em <https://www.preventionweb.net/files/5649_latinamericascaribbean.pdf> [↑](#footnote-ref-11)
12. Rigaud, Kanta Kumari; de Sherbinin, Alex; Jones, Bryan; Bergmann, Jonas; Clement, Viviane; Ober, Kayly; Schewe, Jacob; Adamo, Susana; McCusker, Brent; Heuser, Silke; Midgley, Amelia. 2018. Groundswell: Preparação para a Migração Climática Interna. Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2946> [↑](#footnote-ref-12)
13. Joëlle Gergis. The terrible truth of climate change. Agosto de 2019. Disponível em <https://www.themonthly.com.au/issue/2019/august/1566136800/jo-lle-gergis/terrible-truth-climate-change> [↑](#footnote-ref-13)
14. Global Assessment Report on Biodiversity and Ecosystem Services. Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES). Disponível em <https://ipbes.net/global-assessment-report-biodiversity-ecosystem-services> [↑](#footnote-ref-14)
15. Anna Wellenstein, Julie Rozenberg, Sara Turner, Brian Walsh. Climate change and poverty: the perfect storm. February 2, 2022. Disponível em <https://blogs.worldbank.org/latinamerica/climate-change-and-poverty-perfect-storm?cid=SHR_BlogSiteTweetable_EN_EXT> [↑](#footnote-ref-15)
16. Juan Ignacio Coda. Promoting Climate Change Action in Latin América and the Caribbean. 14 de abril de 2021. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/results/2021/04/14/promoting-climate-change-action-in-latin-america-and-the-caribbean> [↑](#footnote-ref-16)
17. Why Latin America’s economy has been so badly hurt by covid-19. The Economist. 13 de maio de 2021. Disponível em <https://www.economist.com/the-americas/2021/05/13/why-latin-americas-economy-has-been-so-badly-hurt-by-covid-19> [↑](#footnote-ref-17)
18. CEPAL, Panorama Social 2022. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/48518> [↑](#footnote-ref-18)
19. Aprovado pelos Estados membros em 31 de outubro de 2016, mediante a resolução AG/RES.1 (LI-E/16) [↑](#footnote-ref-19)
20. . Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2022). Emissions Gap Report 2022: The Closing Window — Climate crisis calls for rapid transformation of societies. Nairóbi. Disponível em <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2022> [↑](#footnote-ref-20)
21. . Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2022). Emissions Gap Report 2022: The Closing Window — Climate crisis calls for rapid transformation of societies. Nairóbi. Disponível em <https://www.unep.org/emissions-gap-report-2022> [↑](#footnote-ref-21)
22. . Ibid. [↑](#footnote-ref-22)
23. IPCC, 2014: Climate Change 2014: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Edenhofer, O., R. Pichs-Madruga, Y. Sokona, E. Farahani, S. Kadner, K. Seyboth, A. Adler, I. Baum, S. Brunner, P. Eickemeier, B. Kriemann, J. Savolainen, S. Schlömer, C. von Stechow, T. Zwickel and J.C. Minx (eds.)]. [↑](#footnote-ref-23)
24. Coalizão Clima e Ar Limpo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (2021). Global Methane Assessment: Benefits and Costs of Mitigating Methane Emissions. Nairóbi: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. [↑](#footnote-ref-24)
25. Ibid. [↑](#footnote-ref-25)
26. Ibid. [↑](#footnote-ref-26)
27. Mudança Climática | Subsídios aos combustíveis fósseis. Fundo Monetário Internacional. Disponível em <https://www.imf.org/en/Topics/climate-change/energy-subsidies> [↑](#footnote-ref-27)
28. U.S. Geological Survey [↑](#footnote-ref-28)
29. Conforme definido pelo Congresso Mundial de Conservação de 2016. [↑](#footnote-ref-29)
30. Conforme definido pela Secretaria da UNFCCC. [↑](#footnote-ref-30)
31. UNFCCC [↑](#footnote-ref-31)
32. OEA, 2022; Glaciares tropicales y cambio climático, perspectivas desde las NDC y la adaptación: Análisis y propuestas desde los escenarios de Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia. [↑](#footnote-ref-32)
33. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas. Estatísticas. Base de dados sobre os indicadores dos ODS. Disponível em <https://unstats.un.org/sdgs/dataportal/database> [↑](#footnote-ref-33)
34. . Declaração do Panamá: Energia para o Desenvolvimento Sustentável. Adotada na quarta sessão plenária, realizada em 5 de junho de 2007. AG/DEC. 52 (XXXVII-O/07). [↑](#footnote-ref-34)